

TURISMO E CAPITALOCENO: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Sandra Dalila Corbari*

Resumo: O presente ensaio busca ser uma introdução ao tema do Capitaloceno e sua interface com o turismo, tendo como base a teoria crítica da economia e ecologia política. Busca-se discorrer sobre a crise ambiental, o Capitaloceno e o turismo como “oportunidade” de promover ajustes espaço-temporais e de expandir as fronteiras do capital. O turismo se efetiva como um importante meio de exploração de territórios em todo o planeta, utilizando-se de sua vulnerabilidade frente às mudanças ambientais globais, sob a égide da “última chance” ou do “visite antes que desapareça”. Essa nomenclatura tem relação direta com o Capitaloceno, um termo adaptado de outro, o Antropoceno, considerado por geólogos como a época geológica atual. As evidências dessa mudança não se limitam às alterações climáticas, mas também às mudanças ambientais globais, que envolvem diferentes processos ecológicos que possibilitam a vida na Terra. Sob a égide do capitalismo e, sendo um meio de acumulação de capital, o turismo se utiliza da vulnerabilidade ecológica de determinadas áreas como apelo turístico. Esse fator é influenciado pela ideia de desaparecimento desses ecossistemas e atrativos – no âmago das mudanças climáticas – e pelo imaginário social de “natureza intocada”, que tem relação, também, com a cronopolítica da ecologia e, portanto, com relações de poder.

Palavras-chave: Turismo e Capitaloceno. Acumulação do Capital. Turismo de última chance.

TOURISM AND CAPITALOCENE: AN INITIAL APPROACH

Abstract: This essay is an introduction to the theme of the Capitalocene and its interface with tourism, based on the critical theory of political economic and political ecology. It discusses the environmental crisis, the Capitalocene and tourism as an “opportunity” to promote space-time adjustments and to expand the frontiers of Capital. Tourism is effective as an important means of exploring territories across the planet, using its vulnerability in the face of global environmental changes, under the aegis of the “last chance” or “visit before it disappears”. This nomenclature is directly related to the Capitalocene, a term adapted from another, the Anthropocene, considered by geologists as the current geological era. The evidence for this change is not limited to climate change, but also to global environmental changes, which involve different ecological processes that make life on Earth possible. Under the aegis of capitalism and, being a means of capital accumulation, tourism uses the ecological vulnerability of certain areas as a tourist appeal. This factor is influenced by the idea of the disappearance of these ecosystems and attractions - at the heart of climate change - and by the social imaginary of “untouched nature”, which is also related to the chronopolitics of ecology and, therefore, to power relations.

Key words: Tourism and Capitalocene. Capital accumulation. Last chance tourism.

TURISMO Y CAPITALOCENO: UN PRIMER ACERCAMIENTO

Resumen: Este ensayo busca ser una introducción al tema del Capitaloceno y su interfaz con el turismo, basado en la teoría crítica de la economía y la ecología política. Buscamos discutir la crisis ambiental, el Capitaloceno y el turismo como una “oportunidad” para promover ajustes espacio-temporales y ampliar las fronteras del capital. El turismo es eficaz como un medio importante para explorar territorios en todo el planeta, utilizando su vulnerabilidad ante los cambios ambientales globales, bajo la égide de la “última oportunidad” o “visita antes de que desaparezca”. Esta nomenclatura está directamente relacionada con el Capitaloceno, término adaptado de otro, el Antropoceno, considerado por los geólogos como la era geológica actual. La evidencia de este cambio no se limita al cambio climático, sino también a los cambios ambientales globales, que involucran diferentes procesos ecológicos que hacen posible la vida en la Tierra. Bajo la égide del capitalismo y, al ser un medio de acumulación de capital, el turismo utiliza la vulnerabilidad ecológica de determinadas zonas como atractivo turístico. Este factor está influenciado por la idea de la desaparición de estos ecosistemas y atractivos - en el corazón del cambio climático - y por el imaginario social de la “naturaleza intacta”, que también se relaciona con la cronopolítica de la ecología y, por tanto, con relaciones de poder.

Palabras clave: Turismo y Capitaloceno. Acumulación del Capital. Turismo de última oportunidad.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Pós-doutoranda no Programa Cidades Globais, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). Doutorado em Meio ambiente e desenvolvimento/ UFPR (2020). Mestrado em Turismo/ UFPR (2015). Graduação em Turismo/ UFPR (2013). Consultora, palestrante e conteduidista do CRB Consultoria Empresarial LTDA., Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/3532084949812042> [corbari91@hotmail.com].

1 INTRODUÇÃO

“Sua variedade de espécies vegetais e animais fascinantes, e tribos humanas não contatadas, têm atraído visitantes por centenas de anos. No entanto, o futuro da Amazônia é cada vez mais incerto. Só nos últimos dez anos, perdeu mais de 24.000 milhas quadradas para a exploração ilegal de madeira, incêndios, agricultura industrial e mineração”. (Exoticca (s. d. [2021], n. p.).

Este relato, retirado da página eletrônica da agência de viagem Exoticca (s. d., n. p.) chama a atenção para o “perigo eminente” de desaparecimento da Floresta Amazônica. Este é apenas um dos relatos que podem ser encontrados em uma busca simples na internet e que posicionam a Amazônia como um importante destino mundial do turismo de “última chance” (*last chance tourism*).

Essa nomenclatura tem relação direta com o Capitaloceno, um termo adaptado de outro, o Antropoceno, considerado por geólogos como a época geológica atual, substituta do Holoceno (Crutzen, 2002). As evidências dessa mudança não se limitam às alterações climáticas, mas também às mudanças ambientais globais, que envolvem diferentes processos ecológicos que possibilitam a vida na Terra.

No âmbito do turismo, o tema das mudanças climáticas vem sendo cada vez mais disseminado e abordado nas publicações nacionais e internacionais. Não obstante, o Antropoceno ainda é um tema pouco correlacionado à atividade turística.

Assim, o presente ensaio busca ser uma guisa de introdução ao tema, tendo como base a teoria crítica da economia e ecologia política. Embora seja um tema importante, não se busca elencar os impactos negativos das mudanças ambientais globais no turismo, tampouco adentra nas contradições dessa atividade econômica, que também gera impactos ambientais e corroborou para a efetivação de uma “Época dos Humanos”.

Busca-se discorrer sobre a crise ambiental, o Capitaloceno e o turismo como “oportunidade” de promover ajustes espaço-temporais e de expandir as fronteiras do capital.

Nesse aspecto, o turismo se efetiva como um importante meio de exploração de territórios em todo o planeta, utilizando-se de sua vulnerabilidade frente às mudanças ambientais globais, sob a égide da “última chance” ou do “visite antes que desapareça”.

2 CRISE AMBIENTAL E O ANTROPOCENO

Ao longo do tempo consolidou-se uma visão de desenvolvimento como uma evolução linear, de caráter essencialmente econômico, com base na apropriação dos recursos naturais e guiado por versões de eficiência e rentabilidade econômica, tudo com vistas a alcançar o estilo de vida ocidental (Escobar, 2014; Gudynas, 2012). Essa concepção do que é o desenvolvimento corroborou com um modelo de produção e consumo capitalista que vem ameaçando a integridade dos ecossistemas em todo o planeta.

O modo como a natureza tem sido explorada e utilizada sem limites, visando esse “desenvolvimento”, possibilitou a insurgência de uma crise ambiental. Evidenciou-se que essa crise é justamente sintoma de que o planeta ultrapassou sua capacidade de se renovar (Guerra, 2009), se constituindo como uma das contradições do capital, que degrada as bases materiais e sociais de sua própria reprodução (Harvey, 1996; O’Connor, 2002; Quintana & Hacon, 2011).

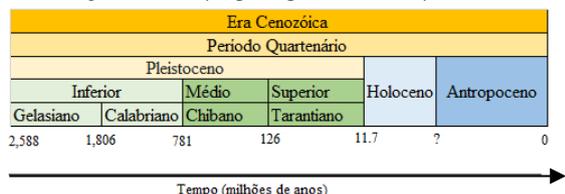
Em se tratando de um fenômeno complexo, a crise ambiental se articula com as múltiplas dimensões da vida (Layrargues, 2011), inclusive por essa razão não se pode confundir crise ambiental com crise ecológica, porque seus impactos não se limitam à degradação, esgotamento e extinção de “recursos” naturais ou da biodiversidade. A crise impacta diretamente os campos sociais, político e, inclusive, econômico (Guerra, 2009). Conforme destacado por Layrargues (2011), não é somente a relação entre humanos e natureza que está desestabilizada, mas também as relações sociais.

Inclui-se nisso, a repartição justa dos benefícios e do ônus oriundos do “desenvolvimento”, uma vez que, a crise atinge os grupos sociais de forma desigual, pois reflete as contradições clássicas inerentes ao capitalismo (Quintana & Hacon, 2011). Para sua manutenção ou expansão, o capital externaliza os efeitos negativos, socializando a degradação ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a perda de bio e sociodiversidade (O’Connor, 2002). É preciso pensar, então, quem - ou o que - é, de fato, responsável pela crise?

No contexto dessa crise global, se insere o Antropoceno, um termo técnico cunhado por cientistas para rotular os impactos das atividades humanas nos sistemas biogeoquímicos do planeta e, conseqüentemente, uma nova era geológica da Terra (Figura 1) (Steffen, Crutzen & McNeill, 2007; Steffen *et*

al., 2011; Malhi, 2017; Moore, 2018) e que vem sendo utilizado em um contexto cultural e político amplo (Malhi, 2017).

Figura 1 - Tempo geológicos e o Antropoceno



Fonte: Adaptado e traduzido de Malhi (2017).

Ainda na década de 1980, começaram a surgir as primeiras definições do que seria o Antropoceno e quais seriam os seus impactos sobre o planeta Terra (Artaxo, 2014; Steffen *et al.*, 2011), embora ainda no século XIX já houvesse publicações sobre a relação entre homens e o resto da natureza (Steffen, Crutzen & McNeill, 2007). Também que, mais recentemente, o debate dos reformistas sobre os impactos humanos na vida terrestre já tivesse sido difundido no Relatório “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma, em 1972 (Steffen *et al.*, 2011).

O termo se popularizou com o holandês Paul Crutzen, prêmio Nobel de Química, em 1995, que publicou uma série de materiais discutindo o que seria e qual a influência humana na nova época geológica, substituindo o Holoceno como designação do presente geológico do planeta (Crutzen, 2002; Steffen *et al.*, 2011; Steffen, Crutzen & McNeill, 2007; Artaxo, 2014; Moore, 2018).

Não há um consenso sobre quando foi o início do Antropoceno, embora diversos estudiosos defendam que foi com o advento da Revolução Industrial – mas não em seu princípio, mas no Século XIX – (Crutzen, 2002; Steffen, Crutzen & McNeill, 2007; Steffen *et al.*, 2011).

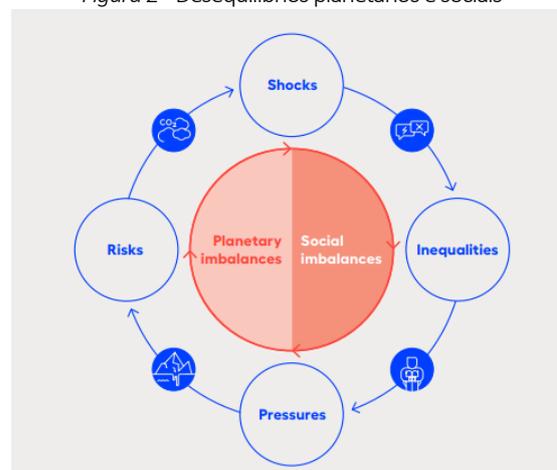
Alguns estudiosos entendem que do Século XIX até 1945 aconteceu a primeira fase do Antropoceno. Após esse ano, teve início a segunda fase, denominada “Grande Aceleração” (Steffen, Crutzen & McNeill, 2007; Steffen *et al.*, 2011), que teve como base a industrialização mundial no pós-Guerra, o desenvolvimento técnico e científico, a corrida armamentista nuclear, a explosão populacional e o rápido crescimento econômico (Steffen *et al.*, 2007).

Além disso, segundo a teoria de Steffen, Crutzen e McNeill (2007), em 2015 a humanidade entrou em uma terceira fase, na qual há o reconhecimento de que

as atividades humanas estão afetando a estrutura e funcionamento do sistema terrestre.

O termo Antropoceno foi amplamente difundido entre os reformistas, a ponto de ser considerado no novo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que expõe que desequilíbrios planetários estão diretamente relacionados aos sociais e estes retroalimentam crises, desigualdades, riscos e pressões, incluindo a pandemia de COVID-19 (ONU, 2020).

Figura 2 - Desequilíbrios planetários e sociais



Fonte: ONU (2020, p. 3).

Dentre as formas de influência humana, Artaxo (2014) e Zalasiewicz *et al.* (2010) citam as mudanças do clima, acidificação dos oceanos, alteração do ciclo do fósforo e nitrogênio, perda de ozônio estratosférico, mudanças no uso do solo, mudanças na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade, uso dos recursos hídricos, carga de partículas aerossóis na atmosfera, novos elementos na poluição química.

Todos esses fatores chamam a atenção para os limites planetários, para a mudança planetária a uma taxa sem precedentes e, finalmente, para a Sexta Grande Extinção em massa ou defaunação, conforme os estudiosos mais alarmistas (Zalasiewicz *et al.*, 2010).

Outro indício de uma “época dos humanos” seria o fato que, em 2020, a produção total de material oriundos de atividades humanas, conhecida como “massa antropogênica” superou a biomassa viva total do planeta (aproximadamente 1,1 teratonelada) (Elhacham *et al.*, 2020).

Devido aos processos globais ligados ao Antropoceno, ambientes selvagens distantes são

percebidos como desaparecendo ou estão cada vez mais fragmentados e, portanto, ameaçados e incapazes de se sustentar. Nesse contexto, para além de uma era geológica, o Antropoceno é caracterizado como um fato social e constituído por poderosos imaginários globais operando no nexo global-local, que se estima ter consequências muito sérias não apenas para o ambiente natural, mas também para a raça humana, incluindo sua existência futura (Crutzen, 2002).

3. A IDEIA DE CAPITALOCENO

O Antropoceno se moveu com velocidade de uma proposta de periodização geológica para um debate multidisciplinar amplo (DeSoto, 2017). Para DeSoto (2017, p. 113, tradução nossa) o antropoceno é “um megaconceito cuja hegemonia é difícil escapar”.

Assim, esse conceito foi apropriado também pelas ciências sociais, com base na qual estudiosos críticos preferem utilizar a nomenclatura “Capitaloceno”, já que, como expressa Harvey (1996), a acumulação do capital se utiliza de constantes processos de destruição para gerar novas formas de acumulação. Destarte, a crise ambiental é fruto do modo de produção capitalista (Palafox-Muñoz, 2017; Ramírez, 2017).

Uma das principais críticas ao conceito do Antropoceno é que ele apresenta um quadro apolítico obscurecendo o fato de que os efeitos transformadores que ele destaca não se devem à atividade humana indiscriminadamente¹, mas às relações que privilegiam a acumulação do capital (Moore, 2016; Ramírez, 2017; Fletcher, 2019).

O que se apregoa é que a mudança do estado catastrófico atual somente poderá acontecer com uma mudança no sistema capitalista. Conforme destacado por Ramírez (2017, p., tradução nossa), “se bem o conceito de Antropoceno é útil para marcar uma mudança na história geológica causada pelas atividades humanas e mostrar seus impactos negativos, carece da precisão suficiente para não ser manipulado e justificar mais do mesmo”. Segundo o

autor, o conceito de Capitaloceno tem a precisão necessária para evitar a manipulação do sentido.

Como uma das frentes de ação diante da crise ambiental, tem-se as medidas de conservação da natureza e consequente valorização das áreas naturais. A degradação dos ecossistemas, oriunda de uma busca pelo “desenvolvimento”, por meio da territorialização do capital e consequente dominação espacial (Harvey, 1996; Lefebvre, 2006) é perceptível há algum tempo, mas a acumulação do capital agregou novas formas de expropriação, mercantilizando a natureza e a ressignificando como capital, em detrimento de vários outros significados atribuídos a ela por grupos sociais que se pautam em outras lógicas de produção e consumo e de relações sociais com a natureza.

Somam-se às expropriações primárias (questão fundiária e exploração de *commodities*) a exploração e mercantilização da biodiversidade, a privatização dos bens de uso comum, a venda de créditos de carbono, o patenteamento de processos e técnicas tradicionais indígenas e de outras populações, a exploração de materiais genéticos sem repartição justa dos bônus, entre outras formas de monetarização do verde e esverdeamento do capital (Quintana & Hacon, 2011; Arias-Henao, 2017; Palafox-Muñoz, 2017).

4. CAPITALOCENO E O TURISMO

Mas como o turismo se insere neste debate? Pode-se afirmar que o turismo se insere de diferentes formas. Não obstante, o presente ensaio se atém a um aspecto: a valorização (exploração) das áreas naturais preservadas, em especial as que estão em “risco de desaparecimento”, pela atividade turística.

Os imaginários globais da natureza baseiam-se e reproduzem imagens da natureza intocada (Diegues, 2004; Carvalho, 2010; Saarinen, 2019) e a sacralização da natureza (Rodríguez-Darias & Santana-Talavera, 2011). As áreas selvagens foram culturalmente concebidas como sagradas, por diversos atores e com várias finalidades. A natureza tão sagrada, imaculada e que precisa de proteção tornou-se verdade (Vidon, 2016)². Com isso, o culto ao silvestre (Martinez-Alier,

¹ Em particular, alguns povos indígenas afirmam que o quadro do Antropoceno ignora não apenas as maneiras pelas quais eles carregam uma carga desproporcional de impactos recentes, mas também como nos séculos XIX e XX, quando sofreram outros tipos de mudança ambiental antropogênica nas mãos dos colonos, incluindo mudanças associadas ao desmatamento, remoção forçada e realocação (Fletcher, 2019).

² Antagonicamente, isso ocorre, ao mesmo tempo em que se constata que os esforços para frear o declínio da biodiversidade com ações de conservação não têm sido suficientes (Steffen, Crutzen & McNeill, 2007).

2011), se tornou uma ideologia poderosa que enraizou a consciência estadunidense nos séculos XIX e XX e continua existindo por meio de narrativas e representações sociais (Vidon, 2016) em todo o planeta.

Paradoxalmente, esse ideal outorga a estas áreas valor de troca no mercado (Rodríguez-Darias & Santana-Talavera, 2011; Palafox-Muñoz, 2017). Isso porque, no âmago do modo de produção capitalista, a natureza passa a ter valor de troca, ou seja, os “recursos” naturais adquirem um valor econômico que justifica o interesse do capital, uma vez que permite sua reprodução (Palafox-Muñoz & Vilchis-Onofre, 2019).

Nesse contexto, o turismo desponta por ter o “poder” de integrar áreas de conservação remotas aos mercados capitalistas globais (Saarinen, 2019). Um discurso que se assemelha ao anteriormente citado, do culto à natureza selvagem, do qual, segundo Saarinen (2019), o turismo se apropria, expondo as representações coloniais de lugares naturais distantes e regiões selvagens, que têm sido consideradas “exóticas” (para quem?) “terra de ninguém” ou “Éden”.

O mito da natureza intocada eleva o *status* de algumas áreas do planeta que detêm considerável biodiversidade. No âmbito do turismo, essas zonas, se configuram, aos olhos do turista, como ilhas selvagens (Dachary & Burne, 2009).

Essas áreas, não raro, se sobrepõem às “periferias do prazer” (Turner & Ash, 1991). A dinâmica da acumulação do capital demanda “recursos” naturais, principalmente os paisagísticos e culturais para convertê-los em mercadoria. E as periferias são espaços com “recursos” aproveitáveis para tal (Escalera-Briceño & Palafox-Muñoz, 2015).

No discurso político-econômico, o turismo é retratado como uma atividade que gera empregos, capta divisas, promove o desenvolvimento e a estabilidade econômica (Escalera-Briceño & Palafox-Muñoz, 2015). Em adição, é denominado “indústria sem chaminés”, com poucos impactos negativos e sempre inferiores aos benefícios que gera (Gascón, 2012; Nicholls, Higgins-Desbiolles & Rigney, 2016).

Não obstante, autores críticos contrapõem essa visão, apontando que, ao mesmo tempo em que os “recursos” naturais são valorizados e novos espaços são incorporados para a penetração do capital, as comunidades são pressionadas a substituir as atividades econômicas tradicionais pela atividade do turismo ou, então, migrarem a outros territórios não

turificados (Escalera-Briceño & Palafox-Muñoz, 2015; Palafox-Muñoz & Vilchis-Onofre, 2019).

Em consonância, com o advento do Capitaloceno, uma estratégia cada vez mais proeminente é tentar aproveitar esse “fim da natureza” como um novo “produto” turístico (Fletcher, 2019). Essa estratégia pode ser vista como um exemplo paradigmático do capitalismo de desastres (Klein, 2007), perante o qual crises instauradas pelos próprios processos capitalistas são exploradas como novas formas de acumulação (Fletcher, 2019).

Sobre isso, Fletcher (2019) aponta que o engajamento do turismo nesse contexto é a mais recente expressão dos ajustes espaço-temporais que o turismo oferece ao sistema capitalista.

Para Dachary (2015), o turismo é um modelo do sistema capitalista. E assim sendo, articula suas diversas dimensões, dentre as quais está a territorial, onde a função do turismo é integrar os povos e culturas, reciclar lugares em crise, revalorizar zonas com potencial de negócio e criar novos territórios (Gascón, 2012; Dachary, 2015; Dachary, Rodríguez & Hermoso, 2017).

Frente a isso, o turismo, enquanto atividade capitalista, se utiliza da situação de vulnerabilidade de determinados ecossistemas ou locais e, assim, imprensa, operadoras e agências de viagem relatam uma tendência de procura por viagens aos locais mais ameaçados do mundo antes que desapareçam ou sejam irrevogavelmente transformados (Lemelin *et al.*, 2009; Dawson *et al.*, 2011).

Nesse sentido, emergem diversas formas de turismo, como exemplo desses ajustes espaço-temporais e da renovação do capital. O presente artigo se atém ao turismo de extinção, denominado também de “*last chance tourism*”, turismo apocalíptico, turismo climático, entre outras nomenclaturas (Lemelin *et al.*, 2009; Thaper & Peeters, 2010; Fletcher, 2019; Mostafanezhad & Norum, 2019).

Essas nomenclaturas são relativamente recentes, embora não seja um fenômeno novo (Piggott-Mckellar & Mcnamara, 2017). Promovido em várias estratégias de *marketing* turístico, o turismo de última chance se utiliza do senso de raridade, primordialidade e indescritibilidade e se baseia no elitismo (Dawson *et al.*, 2011), ou seja, não é um turismo acessível a todos.

Esse turismo está majoritariamente pautado locais que sofrem com mudanças em seus ecossistemas, como o Ártico; a Antártica; a Grande Barreira de Corais, na Austrália; Tuvalu; a Amazônia; os

Everglades da Flórida, nos Estados Unidos; a calota de gelo no Monte Kilimanjaro, na Tanzânia; as Ilhas Maldivas; as Ilhas Galápagos, no Equador; pequenas geleiras e picos nevados em alguns países como Nova Zelândia, Argentina e Bolívia (Lemelin *et al.*, 2009; Eijgelaar, Thaper & Peeters, 2010; Dawson *et al.*, 2011; Stewart *et al.*, 2016; Fletcher, 2019).

É fortemente orientado às mudanças oriundas do aquecimento global, como derretimento de geleiras, desaparecimento de fauna, aumento do nível do mar e desaparecimento de ilhas. No entanto, também se inserem em locais que podem desaparecer por impactos cumulativos oriundos de diversas ações como expansão da fronteira agrícola e escoamento agrícola, dragagem, pesca industrial, urbanização (Piggott-Mckellar & McNamara, 2017), entre diversas outras atividades oriundas do modelo hegemônico de desenvolvimento e que contribuiram para o advento do Capitaloceno (ou Antropoceno).

Conforme destacam Piggott-Mckellar e McNamara (2017), em realidade o conceito de turismo de última chance surgiu referindo-se a visitas a lugares antes que estes sucumbissem a mudanças naturais como terremotos ou vulcões, assim como mudanças induzidas pelo ser humano, como a produção socioespacial e a poluição.

Esses passeios combinam alguns aspectos: o poder dos atributos naturais; o impacto da ação humana nesses ecossistemas; como esses impactos afetam a população humana local, que se tornou dependente dos atributos em risco de desaparecimento para sua subsistência por meio do turismo; e como tudo isso deve servir como um alerta sobre a gravidade da situação (Fletcher, 2019).

Nesse aspecto, há que se destacar a atuação das mídias, das agências de viagem e dos próprios guias de turismo na disseminação de estereótipos e conformação de imaginários coletivos, a fim de criar uma “magia” em torno da experiência turística (Pereiro, 2011; Rodríguez-Darias & Santana-Talavera, 2011; Saarinen, 2019). Sobre isso, cabe ressaltar que, no turismo moderno, a pré-viagem ganhou importância.

O mito da natureza intocada, fixada no tempo, espacial e politicamente distinto do resto dos fenômenos planetários (Diegues, 2004) faz parte do olhar do turista (Urry, 2002). Isso também está relacionado à cronopolítica. A natureza é vista pelas lentes românticas dos turistas, como algo fixado em um tempo passado e, esses estereótipos são,

estrategicamente, disseminados (Norum & Mostafanezhad, 2016).

A noção do tempo enquanto algo político, leva a compreensão sobre uma diversidade de aspectos inerentes ao mundo globalizado, dentre os quais se destaca, no âmbito socioeconômico, o subdesenvolvimento. Em outras escalas, há a visão do campo, do rural, como espaço tradicional e atrasado, subdesenvolvido, enquanto a cidade se expressa como lugar moderno e, da mesma forma, as culturas tradicionais seriam atrasadas, vistas como obstáculo para o desenvolvimento (Larrea, 2010). No aspecto ambiental, a concepção de tempo, ou seja, de “progresso” e de atraso, se manifesta no olhar sobre determinadas regiões, em especial aquelas que ainda detêm considerável integridade ecológica e estão localizadas – em boa parte - no Sul global.

A diversidade social, cultural e ecológica de certas partes do planeta está fortemente encobertas por representações sociais que imputam a esses locais e populações a condição de remoto, inacessível, proibido, entre outros (Norum & Mostafanezhad, 2016).

Concomitantemente, os imaginários atrelados à “extinção” são um dos mais influentes enquadramentos pelos quais os turistas vivenciam o mundo atualmente (Saarinen, 2019). Fletcher (2019) aponta que, a experiência do contato com a natureza “fixada no tempo”, intocada, ganha uma importância secundária. Isso porque, a experiência da perda dessa natureza adquire maior importância. Nesse aspecto, o turismo no Capitaloceno pode ser entendido como uma forma de “capitalismo de desastres”.

Esse capitalismo de desastres (Klein, 2007) é amparado pela hegemonia da perspectiva neoliberal e também entre os reformistas. Com a crítica à degradação ambiental causada pelo sistema econômico, mudaram as estratégias de penetração do modelo neoliberal, a fim de estabelecer uma hegemonia estabelecida por organizações internacionais, mas parecendo um consenso entre as partes interessadas e juro no desenvolvimento da comunidade (Palafox-Muñoz & Vilchis-Onofre, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema das mudanças climáticas, enquanto preocupação global eminente, já vem sendo difundida na literatura do turismo, especialmente no que se refere aos impactos das mudanças do clima no setor turístico e as contradições do turismo, enquanto atividade econômica que destrói a sua base de

subsistência. Agora, é eminente a difusão de pesquisas sobre o Antropoceno ou o que alguns autores chamam de mudanças ambientais globais (Gössling & Peeters, 2015; Gössling & Hall, 2017).

No entanto, faz-se mister desvelar o caráter apolítico com o qual o tema das mudanças do clima e do Antropoceno vêm sendo tratados. Desse modo, autores críticos preferem utilizar o termo Capitaloceno, afirmando que não são as atividades humanas de forma indiscriminada as responsáveis por essas mudanças, mas sim o modo de produção capitalista.

Não apenas isso, a ideia do Antropoceno pode ser utilizada tal qual foi a de mudanças climáticas. As mudanças do clima deram margem a uma nova onda de crescimento econômico, fundamentada nos “negócios do clima” (Arias-Henao, 2017; (Palafox-Muñoz, 2017).

O turismo, por sua vez, é uma atividade econômica que serve à acumulação do capital que, por meio de seus ajustes espaço-temporais, se insere nos territórios “à margem”.

O que se defende, então, é que a relação entre o Capitaloceno, as mudanças globais (especialmente falando das ecológicas) e o turismo é que por meio do turismo a natureza é mercantilizada. Neste momento histórico – com o advento do que estudiosos chamam de uma terceira fase do Antropoceno – o turismo se aproveita da fragilidade de certos ecossistemas, biomas ou localidades, ameaçadas pelas mudanças globais. E isso se dá pelo *marketing* da natureza ameaçada e pelo que se denominou “*last chance tourism*” ou para melhor caracterizar, pelo capitalismo de desastres.

O entrelaçamento dos temas “Antropoceno” e “turismo” suscitam diversas reflexões que demonstram a importância de se analisar o turismo sob a luz das mudanças ambientais globais, que são evidências dessa época geológica. O presente ensaio se ateve a uma abordagem, dentre as múltiplas possíveis: o uso da vulnerabilidade ecológica de certos ecossistemas e locais impactados ou potencialmente impactos pelo Antropoceno para a acumulação do capital. Neste processo, o turismo se evidencia como um importante meio de exploração da fragilidade ecológica – e também social – desses espaços. Ressaltando que, as contradições do capitalismo se evidenciam no turismo, que, sem o devido planejamento e gestão, acaba por destruir sua própria fonte de subsistência: a natureza.

Essa abordagem, traz alguns apontamentos importantes que podem suscitar pesquisas futuras: Quem, de fato, é responsável pela crise ambiental? Os países responsáveis são os mesmos que detêm as áreas visadas pelo turismo de última chance? Como a ideia de subdesenvolvimento ou de cronopolítica da ecologia corroboram para o imaginário turístico dessas áreas? Quais são, de fato, os benefícios desse tipo de turismo para os ambientes vulneráveis?

Para responder a essas questões, são necessários esforços científicos para compreender o fenômeno turístico sob a égide do sistema capitalista e quais são os impactos socioambientais da atividade. Mais que isso, a emergência do Antropoceno indica a necessidade de uma responsabilidade efetiva de todos os setores sociais, incluindo as instituições de ensino. Deste modo, espera-se que o presente ensaio corrobore e estimule pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- Artaxo, Paulo. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*, São Paulo, (103): 13-24.
- Carvalho, Ely Berço de. (2010, jul./dez). No fundo da mata virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 2(2): 135-153.
- Crutzen, Paul Joseph. (2002, jan.) Geology of mankind. *Nature*, 415(3). Doi: 10.1038/415023.
- Dachary, Alfredo César. (2015, jan./jun.). El turismo: un modelo de desarrollo. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, Juiz de Fora (MG), 1(1): 16-26.
- Dachary, Alfredo César; Arnaiz-Burne, Stella Maris. (2009). Turismo, conservación y pueblos originarios: el nuevo colonialismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 18(1): 69-91.
- Dachary, Alfredo César; Rodríguez, Luiz Anaya; Hermoso, Francisco Javier Ruiz. (2017, set./dez.). El turismo y la sustentabilidad real. *Revista Anais Bras. de Estudos Turísticos/ABET*, Juiz de Fora (MG), 7(3): 8-19.
- Dawson, Jackie; Johnston, Margaret; Stewart, Emma; Lemieux, Christopher; Lemelin, Raynald Harvey; Maher, Pat; Grimwood, Bryan. (2011). Ethical considerations of last chance tourism. *Journal of Ecotourism*, 10: 250-265. doi: 10.1080/14724049.2011.617449.
- DeSoto, Pablo. (2017). Indagaciones críticas sobre el Antropoceno. *Ecología Política*, 53: 113-116.
- Diegues, Antonio Carlos. (2004). *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP.
- Eijgelaar, Eke; Thaper, Carla; Peeters, Paul. (2010). Antarctic cruise tourism: the paradoxes of ambassadorship, “last chance tourism” and greenhouse gas emissions.

- Journal of Sustainable Tourism*, 18(3): 337-354. doi: 10.1080/09669581003653534.
- Elhacham, Emily; Ben-Uri, Liad; Grozovski, Jonathan; Bar-On, Yinon; Milo, Ron. (2020). Global human-made mass exceeds all living biomass. *Nature*, 588(17): 442-454. doi: 10.1038/s41586-020-3010-5.
- Escalera-Briceño, Alejandro; Palafox-Muñoz, Alejandro. (2015, jan./jun.). Una propuesta para el análisis del turismo desde la perspectiva de la geopolítica crítica. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, Juiz de Fora (MG), 1(1): 27-35.
- Escobar, Arturo. (2014). *La invención del desarrollo*. 2 Ed. Popayán (COL): Universidad del Cauca.
- Exoticca. *Places to visit before They disappear*. Disponível em: [Places to visit before they disappear - Exoticca Blog](#), acessado em 31 jan. 2021.
- Fletcher, Robert. (2019). Ecotourism after nature: Anthropocene tourism as a new capitalist "fix". *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4): 522-535. doi: 10.1080/09669582.2018.1471084.
- Florit, Luciano Felix; Tomio-Dreher, Marialva. (2009, jan./abr.) construção social da natureza e suas implicações para a ética no turismo. *Turismo - Visão e Ação*, 11(1): 63-75.
- Foladori, Guilermo. (2001). *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial.
- Gascón, Jordi. (2012). Turismo y desarrollo: una visión crítica. In: Buades, Joan; Cañada, Ernest & Gascón, Jordi. *El turismo en el inicio del milenio: una lectura crítica a tres voces*. Madrid: Foro de Turismo Responsable, Red de Consumo Solidario/Picu Rabicu/Espacio por un Comercio Justo, Colección Thesis, pp. 46-48.
- Gössling, Stefan; Hall, Michael. (Eds.). (2017). *Tourism and global environmental change: Ecological, social, economic and political interrelationships*. New York (USA): Routledge.
- Gössling, Stefan; Peeters, Paul. (2015). Assessing tourism's global environmental impact 1900–2050. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(5): 639-659. doi:10.1080/09669582.2015.1008500.
- Gudynas, Eduardo. (2012). Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en latinoamerica: Una breve guía heterodoxa. In: Lang, Mirian; Mokekrani, Dunia (Org.). *Más Allá del Desarrollo - Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo*. Cidade do México (MEX): Fundação Rosa Luxemburg/Abya Yala, pp. 21-54.
- Guerra, Sidney. (2009). A Crise Ambiental na Sociedade de Risco. *Lex Humana*, 1(2): 177-215.
- Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. (1996). 6 ed. (Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola.
- Henao, Juan David Arias. (2017). La nueva economía verde y la vieja mercantilización de la naturaleza. *Ecología Política*, 53: 12-16.
- Klein, Naomi. (2007). *La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre*. Barcelona (ESP): Ediciones Paidós Iberica.
- Layrargues, P. P. (2011). *A questão ambiental também é uma questão política*. Secretaria de Infraestrutura e meio Ambiente. São Paulo, pp. 1-6.
- Lemelin, Raynald Harvey; Dawson, Jackie; Stewart, Emma; Maher, Pat; Lueck, Michael. (2010). Last-chance tourism: the boom, doom, and gloom of visiting vanishing destinations. *Current Issues in Tourism*, 13(5): 477-493. doi: 10.1080/13683500903406367.
- Malhi, Yadvinder. (2017, set.). The Concept of the Anthropocene. *Annual Review of Environment and Resources*, 42(1): 77-104. doi: 10.1146/annurev-environ-102016-060854.
- Martinez-Alier, Joan. (2011). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. 1 ed. 2 reimpr. (Trad. Mauricio Waldman). São Paulo: Contexto.
- Moore, Jason (Ed.). (2016). *Anthropocene or capitalocene?: Nature, history, and the crisis of capitalism*. New York: Pm Press.
- Moore, Amelia. (2018). Selling Anthropocene space: situated adventures in sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4): 436-451. doi: 10.1080/09669582.2018.1477783.
- Mostafanezhad, Mary; Norum, Roger. (2019). The anthropogenic imaginary: political ecologies of tourism in a geological epoch. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4): 421-435. doi: 10.1080/09669582.2018.1544252.
- Neumann, R. P. (1998). *Imposing Wilderness: Struggles Over Livelihood and Nature Preservation in Africa*. California (USA): University of California Press.
- Nicholls, Ron; Higgins-Desbiolles, Freya; Rigney, Grant. (2016). Ngarrindjeri authority: a sovereignty approach to tourism. In: Mostafanezhad, Mary; Norum, Roger; Shelton, Eric & Thompson-Carr, Anna (Eds.). *Political ecology of tourism: community, power and the environmental*. New York/London: Routledge, pp.50-69.
- Norum, Roger; Mostafanezhad, Mary. (2016, dec.). A chronopolitics of tourism, *Geoforum*, 77: 157-169. doi: Norum, R., & Mostafanezhad, M. (2016). Uma cronopolítica do turismo. *Geoforum*, 77, 157-160. doi:10.1016/j.geoforum.2016.10.015.
- O'Connor, James. (2002) ¿Es posible el Capitalismo sostenible? In: Alimonda, Héctor. (Org.). *Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires (ARG): CLACSO.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1971). *O Relatório Founex sobre o desenvolvimento e o meio ambiente 1971*. Founex (SWI): ONU.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1987). *Relatório Brundtland – "Nosso futuro comum"*: definição e princípios. Estocolmo (SWE): ONU.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2020). *Human Development Report 2020: The next frontier Human development and the Anthropocene*. PNUD.

- Palafox-Muñoz, Alejandro. (2017). Turismo e imperialismo ecológico: el capital y su dinámica de expansión. Prefacio para su análisis. *Ecología Política*, 52: 18-25.
- Palafox-Muñoz, Alejandro; Vilchis-Onofre, Adrian Alejandro. (2019). Turismo y Áreas Naturales Protegidas en México: una aproximación a su estudio desde la Ecología Política. *Revista Anais Bras. de Estudos Turísticos/ABET*, Juiz de Fora (MG), 9: 1-12.
- Pereiro, Xeraldo. (2011). El turismo como patrimonio cultural imaginario: Reflexiones a partir del caso del turismo kuna. In: Prats, Llorenç; Santana-Talavera, Agustín. (Coord.). *Turismo y patrimonio, entramados narrativos*. El Sauzal (ESP): ACA y Pasos, RTPC.
- Piggott-Mckellar, Anna; Mcnamara, Karen. (2017). Last chance tourism and the Great Barrier Reef, *Journal of Sustainable Tourism*, 25: 397-415. doi: 10.1080/09669582.2016.1213849.
- Quintana, Ana Carolina; Hacon, Vanessa. (2011). O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. *O Social em Questão*, 14(25/26): 427-444.
- Ramírez, Omar Ernesto Cano. (2017). Capitaloceno y adaptación elitista. *Ecología Política*, 53: 8-11.
- Rashkow, Ezra. (2014). Idealizing Inhabited Wilderness: A Revision to the History of Indigenous Peoples and National Parks. *History compass*, 2(10): 818-832. doi: 10.1111/hic3.12190.
- Rodríguez-Darías, Alberto Jonay; Santana-Talavera, Agustín. (2011). Áreas protegidas para turistas de sol y playa. Algunas reflexiones desde Canarias. In: Prats, Llorenç; Santana-Talavera, Agustín (Coord.). *Turismo y patrimonio, entramados narrativos*. El Sauzal (Tenerife, España): ACA y Pasos, RTPC.
- Rousseau, Jean-Jacques. (1978). *Contrato social*. Trad. Lourdes Santos Machado, Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- Saarinen, Jarkko. (2019). What are wilderness areas for? Tourism and political ecologies of wilderness uses and management in the Anthropocene. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4): 472-498. doi: 10.1080/09669582.2018.1456543.
- Saarinen, Jarkko; Nepal, Sanjay. (2016). Conclusions: towards a political ecology of tourism – key issues and research prospects. In: Nepal, S.; Saarinen, J. *Political ecology and tourism*. New York (USA): Routledge, pp. 253-264.
- Steffen, Will; Crutzen, Paul & McNeill, John. (2007, dec.). The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature? *Ambio*, 36(8): 614-621.
- Steffen, Will; Grinevald, Jacques; Crutzen, Paul & McNeill, John. (2011). The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *The Royal Society*, 369 (1938): n. p.
- Stewart, Emma; Wilson, Jude; Espiner, Stephen; Purdie, Heather; Lemieux, Chris; Dawson, Jackie. (2016). Implications of climate change for glacier tourism, *Tourism Geographies*, 18: 377-398. doi: 10.1080/14616688.2016.1198416.
- Turner, L. & Ash, J. (1991). *La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Editorial Endymión.
- Urry, John. (2002). *The tourist gaze*. 2 ed. London (ENG): Sage.
- Vidon, Elizabeth. (2016). The call of the wild: power and ideology in the Adirondack Park in Political ecology and tourism. In: Nepal, Sanjay; Saarinen, Jarkko. *Political Ecology and Tourism*. New York (USA): Routledge, pp. 100-114.
- Zalasiewicz, Jan; Williams, Mark; Steffen, Will; Crutzen, Paul. (2010). The New World of the Anthropocene. *Environmental Science & Technology*, Washington (USA), 44(7): 2228-2231. doi: 10.1021/es903118j.

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 27.12.2020; Revisado / Revised / Revisado: 20.01.2021 – 02.02.2021; Aprovado / Approved / Aprobado: 10.03. 2021; Publicado / Published / Publicado (online): 17.03.2021.

Tradução do original do autor / Translation of author's original paper / Texto traducido de la versión original del autor.

Seção não revisada às cegas por pares / No double blind review section / Sesión no revisada por pares ciegos.